

REVISTA

Ano I - Número 01 | Outubro 2013

APURação



APUR 5 Anos

ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

REVISTA APURação

Todo o material escrito pode ser reproduzido para atividades sem fins lucrativos, mediante citação da fonte.

Esse primeiro número é uma comemoração dos 5 anos da APUR

Os artigos assinados são de total responsabilidade de seus autores.

Conselho Editorial:

David Romão Teixeira - CFP

Herbert Toledo Martins - CAHL.

Antonio Eduardo Alves de Oliveira - CAHL

Alessandra Nasser Caiafa - CCAAB

Fabiano Machado Martins - CCAAB

Sérgio Anunciação Rocha - CETEC

Eder Pereira Rodrigues - CCS

Willian Tito Maia Santos - CCS

Ana Cristina Nascimento Givigi - CFP

Revisão:

Aline de Jesus Sampaio

Edição de Arte e Editoração:

José Morais Rodrigues

APUR – Associação dos Professores Universitários do Recôncavo

Rua Rui Barbosa, 710 – Cruz das Almas - BA – CEP: 44380-000

E-mail: apurdiretoria@gmail.com | Tel: (75) 3621-4473

Site: www.apur.org.br

Editorial

Caro leitor,

A Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) está lançando o seu mais novo meio de divulgação de notícias, a Revista Online da APUR, uma revista semestral que abordará os assuntos de maior interesse da comunidade acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). A nossa primeira edição é uma comemoração dos 5 anos da APUR e 8 anos da UFRB. Por meio do relato do professor Amilcar Baiardi, primeiro presidente da direção provisória da associação, você vai ficar sabendo como surgiu a APUR. Herbert Martins, primeiro presidente eleito, também falou um pouquinho sobre a criação da APUR e frisou a importância de um sindicato na construção da identidade de uma universidade. Em 5 anos de existência, a associação tem enfrentado algumas dificuldades, mas também vem conseguindo marcar presença nos principais debates da categoria a nível nacional. É exatamente sobre isso que o atual presidente da APUR, David Romão Teixeira, fala na entrevista concedida a esta revista.

De certa forma, a criação e fortalecimento da APUR se confundem com a história da UFRB, uma universidade nova que ainda tem que conviver com os desafios inerentes a uma instituição multicampi e do interior, e que se pretende democrática e acessível a todos. Pensando nessas questões, a Revista Online da APUR traz para você uma reflexão sobre os 8 anos da UFRB e as políticas afirmativas; uma discussão sobre a necessidade da autonomia universitária e um questionamento sobre o que causa o baixo rendimento de alguns discentes. A UFRB é uma instituição que está presente em quatro cidades do interior do Recôncavo (Cruz das Almas, Cachoeira, Santo Antonio de Jesus e Amargosa), em breve, também estará em Feira de Santana e Santo Amaro da Purificação. Com isso, a universidade não pode se furtar a debater questões que afligem a sociedade que está ao seu entorno. Sendo assim, esta edição traz argumentações sobre a segurança pública e sobre a caracterização do serviço social, levando em consideração o mercado de trabalho no Recôncavo.

Esses são os principais temas debatidos na primeira edição da Revista Online da APUR. Que você, Caro Leitor, também consiga entrar nas reflexões aqui propostas.

Boa leitura!

Índice

06 | POESIA - Um Sindicato se contrói na luta

Tarcísio Cordeiro

07 | Entrevista com o atual presidente da APUR, David Romão Teixeira

Aline Sampaio

09 | Depoimento de Herbert Martins, primeiro presidente eleito da APUR

Herbert Toledo Martins

10 | Criação e primeiros momentos da Associação dos Professores da Universidade Federal do Recôncavo, Apur-Ssind

Amilcar Baiardi

11 | Pela autonomia universitária e democracia plena. Por uma gestão tripartite na UFRB.

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

12 | Falta didática ou alunos qualificados?

Francisco de Souza Fadigas

13 | A UFRB e a Segurança Pública

Herbert Toledo Martins

14 | Caracterização do serviço social no contexto do mercado de trabalho no recôncavo baiano

Albany Mendonça

15 | 8 Anos da UFRB – Uma breve reflexão das políticas afirmativas com recorte racial

Dyane Brito Reis

16 | Caminhos apertados para vidas múltiplas

Ana Cristina Nascimento Givigi

Diretoria da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo da Bahia Gestão 2012 - 2014



ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO

Presidente: David Romão Teixeira - CFP

Vice-presidente: Herbert Toledo Martins - CAHL.

Secretaria: Antonio Eduardo Alves de Oliveira - CAHL

Suplente: Alessandra Nasser Caiafa - CCAAB

Tesouraria: Fabiano Machado Martins - CCAAB

Suplente: Sérgio Anunciação Rocha - CETEC

Diretor Executivo: Eder Pereira Rodrigues - CCS

Suplente: Willian Tito Maia Santos - CCS

Um Sindicato se constrói na luta

Um sindicato docente se constrói com pessoas,

De diversos cantos,

De outros recantos.

Que se irmanam em sua diversidade,

Partem pra luta!

Tomam as ruas!

Dialogam com o povo

E exigem mudanças.

São educadores e defendem as bandeiras

Da educação com qualidade

E da docência com dignidade,

Para tanto, se organizam.

Realizam assembleias,

Apresentam suas pautas,

Reinventam os espaços institucionais,

E, assim, modificam a Universidade.

Por outro lado, nem sempre são compreendidos

Mas não hesitam em carregar suas cruzes

Pois acreditam na vida e plantam novas ideias,

Que se nutrem de múltiplas formas:

Da união,

Da poesia,

Da fé,

Da música,

Da alegria,

Da fibra,

Do diálogo

E do olhar

Sempre atento aos desafios que se apresentam.

Afinal, esse é o sindicato que você constrói!

APUR! Independente e de Luta!

Prof. Tarcísio Cordeiro - CPF - UFRB

Entrevista com o atual presidente da APUR, **David Romão Teixeira**

Quais os maiores desafios encontrados para o estabelecimento de uma associação em uma universidade nova e multicampi como a UFRB?

A UFRB tem um número reduzido de docentes em comparação com outras IFES, e este quadro docente tem passado por mudanças cotidianas, com remoções e redistribuição internas e externas, o que dificulta o envolvimento regular de alguns docentes com a universidade, como também com o sindicato. Na UFRB, parte significativa dos docentes está envolvida com a administração da universidade direta ou indiretamente, dificultando a participação dos mesmos nas atividades e na construção da sua organização de classe. A multicampia tende a gerar problemas de duas ordens: de identidade institucional e de logística. A organização administrativa atual “multicentro” da UFRB, que favorece uma relação de pertencimento vinculado ao seu Centro de Ensino, e não necessariamente a sua universidade, favorecendo uma identificação limitada ao espaço prioritário de atuação, o que dificulta muitas vezes a compreensão e a solução para os problemas, principalmente os que são comuns a todos os Centros de Ensino. Numa universidade multicampi, onde o trânsito entre os Centros e a Reitoria é dificultado pelas péssimas condições das rodovias, carência de transporte público, e serviço de internet, a atividade sindical sofre com impedimentos de se fazer com maior regularidade, exigindo-nos maior disponibilidade de tempo e recursos financeiros para atender satisfatoriamente os nossos sindicalizados.

Como o senhor analisaria a participação da APUR na greve do ano passado?

Brilhante! Foi uma experiência sui generis, uma pequena associação sem recursos, graças à ação política da categoria, conseguiu, numa



greve de grande repercussão nacional, intervir qualitativamente nos rumos do movimento, mobilizando localmente e construindo espaços de deliberação democrático, por assembleias que tiveram em média um quarto da categoria presente, uma das maiores médias nacionais. Respeitando a categoria, enfrentando a pauta local, sem abrir mão da pauta nacional, a diretoria da APUR e o comando de greve transformaram, em quatro meses, uma experiência de poucos, numa seção de 309 filiados hoje.

A APUR tem travado um diálogo bastante enriquecedor não só com as demais categorias da universidade, mas também com diversos sindicatos. Qual a importância desse diálogo?

Esse diálogo é fundamental na construção da identidade de classe. Os docentes, assim como a comunidade, precisam enxergar a nossa categoria como sujeito da classe trabalhadora, submetida ao processo de intensificação e de exploração do seu trabalho. A experiência do pólo sindical em Cruz das Almas já apresenta resultados positivos. Junto com as demais representações da região, fomos às ruas para barrar o PL das Terceirizações, demonstrando que nossa luta está para além dos muros da universidade, e que ela só pode ser vitoriosa com a unidade da classe. Compartilhar as pautas específicas, lutar unificado nas pautas comuns e agir solidariamente com os demais trabalhadores da região está propiciando um amadurecimento político da categoria docente da UFRB.

Apesar de ser uma associação nova, a APUR tem se destacado na luta docente. Como é a relação da associação com o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN)?

No surgimento da APUR tivemos muitas dificuldades. Por sermos a única seção do ANDES nas IFES da Bahia, ficamos com dificuldades de intervenções e diálogos sobre os problemas das universidades federais. As diferenças políticas serviram de desculpas e empecilhos para maiores aproximações. Com a greve, houve uma oxigenação do

“Não tenho dúvidas que quanto mais forte e atuante a APUR, melhor será a UFRB”

movimento nacional e este cenário favoreceu a APUR agir dentro do sindicato nacional com independência e autonomia, mesmo permanecendo as diferenças políticas. Com a organização sindical atual, a APUR participa regularmente dos fóruns do ANDES-SN, assim como contribui financeiramente conforme estatuto.

Como tem sido a relação da APUR com a reitoria?

De independência e autonomia. Estabelecemos um processo contínuo de negociação. A ausência de uma representação sindical no início da universidade e um conjunto de ações administrativas da UFRB gerou uma grande pauta docente, que precisa constantemente ser negociada. Neste sentido, a APUR segue lutando pelas reivindicações dos docentes e pressionando a administração central para o seu cumprimento.

O senhor poderia fazer uma comparação da UFRB antes e depois da APUR? Quais as principais mudanças e melhorias?

Vejo uma grande diferença no espírito político para solução dos problemas institucionais. Antes da APUR a solução dos problemas passava por relações individuais, muitas vezes centralizadas na Reitoria. Os docentes e a comunidade em geral não sabiam o que acontecia na universidade como um todo, o que facilitava saídas individuais para

problemas coletivos. Hoje, via APUR, a comunidade tem acesso a informações de toda universidade, e tem, principalmente, uma representação disposta a defendê-los, isso oferece uma maior segurança para que os docentes possam intervir politicamente. No nosso último boletim, apresentamos uma síntese de conquistas desta universidade graças à luta dos docentes da UFRB. Não tenho dúvidas que quanto mais forte e atuante a APUR, melhor será a UFRB. Os dados dos cinco anos de nossa existência comprovam isso, o movimento docente organizado conseguiu, no último ano, atendimento de pautas que se arrastavam desde a criação da UFRB, e estas vitórias representam melhorias significativas para a universidade.

Os professores enfrentam inúmeras dificuldades no exercício da profissão, mas a luta não para. Diante disso, qual mensagem o senhor deixaria para a sua categoria?

Que a saída para os problemas institucionais específicos e individuais deverão ser resolvidos de forma coletiva. Os problemas que enfrentamos para realizar nossas atividades de ensino, pesquisa e extensão só serão resolvidos com mudanças estruturais da nossa universidade, que passa por melhores condições de trabalho e de ensino. Muitos colegas estão ficando doentes por conta do trabalho excessivo para desenvolver importantes projetos institucionais que, muitas vezes, são dificultados pela estrutura administrativa e pelas condições de trabalho na UFRB. Por isso, reforço a importância de fortalecer nossa representação sindical, uma APUR forte conquistará melhorias necessárias para a UFRB e para o Recôncavo.

David Romão Teixeira

Presidente da APUR Gestão: 2012-2014
Mestre em Educação
Professor do Centro de
Formação de Professores – UFRB

Depoimento de Herbert Martins, primeiro presidente eleito da **APUR**

A criação de uma entidade sindical é um ato formal e ocorre no momento do seu registro no cartório civil de pessoas jurídicas. No entanto, é preciso que, anteriormente, tenha ocorrido a reunião de um grupo de docentes que perceberam a necessidade política de se ter um sindicato atuante dentro da UFRB. No primeiro momento, essa tarefa recaiu a uma geração de professores, em sua maioria, da antiga escola de Agronomia, mas todos da antiga UFBA. Quando cheguei à UFRB, em julho de 2009, já havia ocorrido a assembleia de criação da APUR, restava apenas que se autorizasse o registro da associação no cartório de Cruz das Almas.

No entanto, isso não foi feito de imediato. O debate entre ANDES e Proifes, que estava posto desde 2008, fez com que aquele conjunto de docentes, entre eles Baiardi, Soraya, Robério, Geraldo Costa, Joelito, aguardasse a chegada de mais professor(a)s, em virtude dos concursos que estavam ocorrendo. Hoje, eu reputo a atitude daquela geração como a mais acertada para o momento. Em 2010, após uma reunião no Beira Rio em Cachoeira, a então Diretoria Provisória da APUR deliberou por percorrer os Centros da Universidade dialogando com o(a)s docentes sobre a necessidade de se registrar a APUR. Informações nos chegavam que a congênere de Salvador arquitetava um movimento de criar um Sindicato Estadual congregando todos(as) o(a)s docentes das Universidades Federais da Bahia, o que, evidentemente, incluía a UFRB. Um disparate de autoritarismo e arrogância política inolvidável.

Após várias reuniões, foi deliberado o registro jurídico da APUR como sessão sindical do ANDES. O que se seguiu depois foi o processo de institucionalização da APUR. Institucionalizar é algo que acontece a uma organização com o passar do tempo. Talvez, o significado mais importante de institucionalizar seja infundir um valor, além das exigências técnicas da tarefa de um sindicato. Neste aspecto, a motivação inicial que nos moveu foi a instauração de um sentimento de pertencimento que, até então, não existia na UFRB. Era preciso fazer com que a APUR se tornasse o receptáculo dos anseios do(a)s docentes da Universidade. Que para ela fossem carregadas as reivindicações por melhores condições de trabalho, e de defesa da Universidade pública de qualidade e socialmente referenciada.

Ter uma associação docente atuando dentro da UFRB se tornou necessário, não somente para romper com a tutela da UFBA sobre nós, mas, sobretudo, preservar a identidade da UFRB, a nossa alteridade. Era, portanto, inadmissível que a vida política dos nossos docentes estivesse sob a tutela da gigante UFBA. É claro que isso teve reflexos para dentro da Universidade, na medida em que rompia com a situação esdrúxula de não se ter vida sindical na UFRB, como

queria alguns docentes integrados à administração central. Ou seja, a arena política de formação de lideranças, tão cara à reprodução e integridade das instituições, seria transferida para Salvador. Além disso, a atuação da APUR marcaria a luta pela defesa de um modelo de Universidade pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e, portanto, contrariaria ao estabelecimento de um “escolão”. Passados cinco anos da sua fundação, é enorme a certeza de que a APUR deixou de ser um ideal e se transformou numa realidade que, no entanto, precisa ser fortalecida cada vez mais. Venha para a luta, que a luta cresce.

“Era, portanto, inadmissível que a vida política dos nossos docentes estivesse sob a tutela da gigante UFBA”



Criação e primeiros momentos da Associação dos Professores da Universidade Federal do Recôncavo, **APUR-SSIND**

A Seção Sindical dos professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, denominada Associação dos Professores da Universidade Federal do Recôncavo, APUR-SSIND, foi criada em 13/10/2008, após uma reunião que durou mais de 3 horas, com 26 presenças e 23 assinaturas. A APUR nasce como uma necessidade da comunidade de docentes da UFRB exercitar sua autonomia no movimento dos professores das universidades federais, diante de um quadro novo: filiação ao novo sindicato nacional dos docentes das universidades federais, o PROIFES, por parte da Associação de Professores Universitários da Bahia, APUB, à qual os professores da UFRB ainda eram filiados.

Na ocasião da criação da APUR, a UFRB já completara mais de dois anos de existência. Foi uma decisão tempestiva porque em agosto de 2006 ocorrera uma deliberação durante a primeira assembleia de professores após a criação da UFRB, a qual estabelecia um prazo máximo de dois anos, a partir daquela data, para que finalizássemos o vínculo com a APUB e criássemos um ente sindical próprio. Esta era uma grande aspiração na comunidade dos docentes pelo fato da UFRB ser, na ocasião, a única universidade federal a não ter sua seção sindical ou sindicato. O então presidente da APUB, professor Joviniano de Carvalho Neto, esteve presente nesta assembleia e apoiou esta histórica deliberação.

Caso esta decisão não fosse tomada, corríamos o risco de referendar a integração no PROIFES, uma vez que o número de professores da UFRB filados à APUB era de aproximadamente oitenta, e o plebiscito convocado pela APUB deveria consultar um universo de cerca de 1500 filiados. Nossa autonomia estaria cancelada porque, mesmo que os professores da UFRB votassem fechados contra a adesão ao PROIFES, o que era uma possibilidade porque havia manifestações contrárias ao desligamento do ANDES, não poderíamos mudar o

resultado. Os nossos votos se diluiriam e acompanharíamos o coletivo da APUB na decisão de deixar o ANDES, sem uma reflexão maior sobre as razões e fazendo parte de outra universidade que não a UFBA.

A criação da APUR não visava enfraquecer a APUB, como foi na ocasião propalado, mas sim permitir que os docentes da UFRB fossem donos do próprio destino. A anterior participação dos professores da UFRB na vida política da APUB, inclusive na discussão da mudança de regimento que permitia o desligamento do ANDES, em nenhum momento significou um pacto de permanência. A decisão de criar a APUR significa corrigir esta anomalia e reivindicar a presença do sindicato na vida dos docentes da UFRB, o que, praticamente, não existia, uma vez que a APUB raramente se fazia presente nos nossos campi. Demais o fato de a APUR nascer como uma seção do ANDES, se constituía, na ocasião, a única forma legal de criar uma seção sindical. Durante a assembleia de 13/10/2008, nenhum professor manifestou-se contrariamente à criação da APUR. Mesmo os colegas que defendiam um prazo maior para afirmação da autonomia do movimento docente da UFRB, defenderam o desligamento da APUB.

Após a deliberação de criação imediata da APUR, os presentes elegeram a diretoria provisória, formada pelos professores Amílcar Baiardi, Benedito Marques, Robério Marcelo e Soraya Luz, para os cargos de presidente, vice-presidente, secretário geral e tesoureiro, respectivamente. Os primeiros meses após a criação foram de intensas tentativas por parte da APUB de inviabilizar a APUR. Isto se dava por meio de boatos, de iniciativas jurídicas e mesmo de truculência, impondo uma propaganda ofensiva e ostensiva presença de urnas durante os processos deliberativos da APUB. Como tinha poucos filiados em alguns campi, essa entidade contratava como fiscais de urna pessoas alheias à comunidade de docentes, incorrendo

em flagrante desrespeito ao direito da comunidade de professores da UFRB seguir seu caminho.

O poder econômico foi utilizado, ameaças a desligamento do plano de saúde foram feitas, mas estas sabotagens não solaparam a determinação dos professores da UFRB de fortalecer seu ente sindical. A justiça da criação da APUR não tardou a ser demonstrada. Na última greve nacional dos docentes do sistema IFES, a Diretoria da APUB, francamente envolvida com as medidas para enfraquecer a greve, tentou, por todos os meios, evitar a adesão dos professores da UFBA, dando demonstração inequívoca que o PROIFES e suas entidades filiadas, foram criadas com o propósito claro de dividir e enfraquecer o movimento docente.

Muito perto de completar cinco anos de existência, a APUR se fortalece e ganha admiração regional e nacional como sessão comprometida com as lutas dos docentes universitários. Ainda não logramos filiar a totalidade dos professores da UFRB, mas a APUR já tem uma história de conquistas, que tende a se ampliar. Na comemoração dos seus cinco anos de existência em 13 de outubro próximo, iremos com orgulho festejar a correta decisão dos 26 colegas de criar a APUR em 2008.



Amílcar Baiardi

1º Presidente da APUR



Pela autonomia universitária e democracia plena. Por uma gestão tripartite na **UFRB**.

Antonio Eduardo Alves de Oliveira

Secretario da APUR (Gestão 2012-2014)
Professor Adjunto I Ciências Sociais - UFRB

A criação da UFRB representou uma conquista importante de setores populares que lutaram pela expansão das universidades públicas, permitindo uma descentralização geográfica da localização das universidades (um processo ainda incompleto de interiorização) e pelo acesso do ensino superior para as camadas populares (totalmente parcial e insuficiente).

As limitações no processo de implementação da UFRB, como a ausência de uma política efetiva de permanência, a falta de infraestrutura para a docência e a pesquisa, bem como as complicações de uma “multicampia”, muito mais retórica do que concreta, coloca em relevo que a defesa de uma UFRB de qualidade passa pela permanente luta das categorias que compõem a comunidade universitária.

Os estatutos da UFRB são um verdadeiro entulho burocrático herdado da UFBA. Neste sentido, herdamos um modelo de funcionamento que segue o mesmo padrão nacional, ou seja,

o governo das universidades é destituído de controle pela comunidade acadêmica e pela população em geral.

Os supostos imperativos da “gestão” da universidade transformaram-se em um fetiche administrativo para escamotear que, às vezes, de maneira mais ou menos democrática e de outras vezes de maneira mais autoritária (como na USP), mas quase sempre em concordância com a política do MEC, que, de maneira invariável, ataca a tão combatida autonomia universitária, que apesar de proclamada na constituição, é constantemente sabotada pelas diretrizes, normativas e outras aberrações burocráticas.

A constante limitação dos orçamentos das universidades e a seguida ingerência do MEC e dos órgãos do Estado na universidade pública, não objetiva “uma regulamentação positiva”, mas, na verdade, representa sim um cerceamento a uma verdadeira autonomia universitária.

A estrutura de funcionamento das universidades é, em geral, antidemocrática e a simples troca das pessoas, por meio de eleições, é insuficiente para promover uma verdadeira participação. É preciso colocar a gestão da universidade nas mãos dos autênticos interessados no seu bom funcionamento e desenvolvimento, isto é, a própria comunidade universitária, representada pelas três categorias (professores, funcionários e estudantes).

A ação em defesa da universidade pública e gratuita, a serviço dos trabalhadores e da população do Recôncavo da Bahia, está ligada à mobilização pelo controle do funcionamento da UFRB pela comunidade acadêmica e pelas organizações populares. A gestão tripartite da universidade possibilitará que a universidade decida sobre o seu destino em todas as áreas: acadêmica, administrativa, pesquisa, extensão, orçamentária, etc, de acordo com seus interesses.

Falta didática ou alunos qualificados?



Recentemente, ouvimos depoimentos de colegas da área de ensino em Matemática que revelam a séria dificuldade dos alunos da UFRB em lograr aprovação em disciplinas desta área. Entre os argumentos elencados como responsáveis pelos resultados negativos no aprendizado desses conteúdos, foram mencionados os problemas de (de)formação no ensino médio e a forma como esses conteúdos têm sido ensinados. Um dos colegas chegou ao cúmulo de usar um clichê que dizia “o ser humano é capaz de aprender qualquer coisa, desde que se use a didática adequada”.

Quero aqui colocar uma posição que se contrapõe a essa última justificativa para o baixo rendimento dos alunos da UFRB, que cursam disciplinas de matemática no CETEC, e não desejo fazer generalizações em relação a outros centros ou a outras instituições de ensino. Assim, vou me deter a um estudo de caso relacionado com a disciplina CET 010 – Fundamentos de Química Analítica. No semestre em curso (2012.2), uma das turmas conta com 27 alunos do curso de Engenharia de Pesca, dos quais 5 abandonaram a disciplina (18,5% do total matriculado).

Durantes os dois primeiros meses do semestre, os assuntos introdutórios foram abordados, além de uma breve revisão de assuntos de química geral, relativos ao conteúdo que deveria ter sido visto no Ensino Médio. Durante este período, resolvemos vários exercícios em sala, distribuídos em três listas de exercícios. Ao final do primeiro módulo de conteúdos, elaboramos a primeira prova (primeira avaliação teórica), utilizando as mesmas questões que constavam nas listas e que haviam sido resolvidas em sala.

Para nossa surpresa, dos 22 alunos que se submeteram à avaliação (84,5 % da turma inicial), apenas 1 (5%) obteve nota superior a 7, sendo que 95 % obtiveram nota menor ou igual a 5. Após avaliar com a turma o resultado geral insatisfatório, propusemos realizar uma prova de

recuperação. Daí, preparamos uma nova prova contendo as mesmas questões que haviam sido usadas na avaliação anterior, apenas substituindo algumas palavras e valores por outros.

Como resultado da recuperação, apenas 4 (18%) dos alunos obtiveram nota maior ou igual a 7, sendo que 14 (64%) tiveram nota igual ou menor que 5. Cerca de 18 % alcançaram notas entre 5 e 7. O mais alarmante é que 6 (27 %) obtiveram nota inferior àquela alcançada na primeira avaliação. Há ainda que se mencionar que a primeira prova foi discutida com os alunos, em sala, e entregue aos mesmos para que pudessem estudá-las em casa e que foram dados 15 dias de prazo para que os alunos se preparassem para a avaliação.

Não satisfeito com os resultados oriundos da primeira avaliação, resolvi intensificar a preparação da turma para uma segunda avaliação escrita, elaborando duas listas com exercícios resolvidos, as quais também foram respondidas em sala de aula. Na preparação desta segunda avaliação foram utilizadas as mesmas questões contidas nas listas de exercícios.

Como resultado, dos 20 alunos avaliados, cerca de 55 % obtiveram notas superiores a 7,0 e 45 % ainda continuaram obtendo notas inferiores a média (abaixo de 7,0), sendo que destes 30 % foram notas inferiores a 5,0.

Como resultado final do semestre 2012.2, em relação ao total de alunos inicialmente matriculados, cerca de 56 % dos alunos foram aprovados por conceito, 22 % foram reprovados por conceito e 22 % reprovados por frequência. Ou seja, mesmo criando mecanismos facilitadores na prática do ensino e sendo menos exigente no nível de cobrança dos conteúdos, não houve respostas positivas satisfatórias no aproveitamento da turma.

Assim, baseado nestes resultados e nas observações feitas ao longo de 16 anos como professor da disciplina CET 010, quero discordar daqueles que argumentam ser a didática um

elemento determinante no aproveitamento dos alunos. É certo que a forma de abordagem dos conteúdos tem seu papel no processo de aprendizagem e é dever do professor ir adequando sua conduta ao perfil dos alunos ingressos na UFRB. Todavia, acredito ser a má formação dos alunos no ensino fundamental e médio o fator mais preponderante para justificar os resultados ruins obtidos pelos alunos em disciplinas dos ciclos básicos dos cursos.

A falta de qualificação dos ingressos, o que está intimamente ligada ao processo de seleção dito “inclusivo” adotado pela UFRB, tem trazido como consequência o aumento nos índices de repetência, evasão e reprovação. Acredito que não será a facilidade de acesso, nem as políticas proteção/permanência, nem a transferência de responsabilidade para o professor, nem a redução no nível de cobrança de conteúdos que irá minorar os danos já verificados no momento atual e no futuro do ensino superior na UFRB. Precisamos repensar o modelo de expansão das IFES na Bahia e o papel dos Governos na manutenção de um ensino fundamental e médio com um mínimo de qualidade. Caso contrário, inevitavelmente, continuará havendo a simples transferência de problemas de ensino-aprendizagem para a universidade.



Francisco de Souza Fadigas

Professor do CETEC-UFRB



A UFRB e a Segurança Pública

Herbert Toledo Martins

Coordenador do GPECS
Vice-Presidente da APUR

Desde o retorno da democracia em 1985 no Brasil, duas concepções de segurança pública e, por extensão, de prevenção social disputam as agendas de gestores públicos, governadores e presidentes no país. Com a redemocratização, a segurança pública entrou na agenda política, pois a legitimidade de um governo depende, em boa medida, da sua capacidade de manter a ordem dentro dos territórios que estão juridicamente submetidos à sua autoridade. Dessa forma, a concepção de segurança pública adotada exerce influência direta sobre as políticas de prevenção à violência e a criminalidade de um Estado. Não há como separar um conceito do outro.

De um lado, está a concepção reativa de segurança pública concebida como uma missão institucional exclusiva das organizações policiais. O papel das polícias é combater criminosos, agora convertidos em “inimigos internos”. A política de segurança é pensada e formulada como uma estratégia de guerra: E, na “guerra”, medidas excepcionais se justificam. Instaura-se, então, uma “política de segurança de emergência” e um “direito penal do inimigo”. O “inimigo interno” anterior – o comunista – é substituído pelo “traficante”, como elemento de justificação do recrudescimento das estratégias bélicas de controle social.

O modelo é remanescente do regime militar, e, há décadas, tem sido naturalizado como o único que se encontra à disposição dos governos, não obstante sua incompatibilidade com a ordem constitucional brasileira.

Do outro lado, localiza-se a concepção de segurança pública focalizada na ideia de que a segurança pública é um bem público destinado ao cidadão e a ser provido pelo Estado. Aqui não há inimigo a combater, mas cidadão a servir: A polícia democrática não discrimina, não faz distinções arbitrárias: trata os barracos nas favelas como “domicílios invioláveis”; respeita os direitos individuais, independentemente de classe, religião, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo. A concepção democrática estimula a participação popular na gestão da segurança pública; valoriza arranjos participativos e incrementa a transparência das instituições policiais. Para ela, a função da atividade policial é gerar “coesão social”, não pronunciar antagonismos; é propiciar um contexto adequado à cooperação entre cidadãos livres e iguais. O combate militar é substituído pela prevenção, pela integração com políticas sociais, por medidas administrativas de redução dos riscos e pela ênfase na investigação criminal. (Souza Neto, 2000).

Nesta perspectiva, a contribuição da UFRB no campo da segurança pública na Bahia, vincula-se diretamente à concepção da segurança como bem público. Seu papel é o de produzir e fornecer conhecimentos e tecnologias sociais no campo da prevenção que estimule a participação popular e a integração com políticas sociais. Por intermédio de seus diversos cursos e da competência de seus profissionais, a UFRB oferece a interdisciplinaridade e a transversalidade de conhecimentos necessários para atuar no campo das políticas e tecnologias de prevenção. A produção da pesquisa de vitimização em Feira de Santana, realizada pelo Grupo de Pesquisas em Conflitos e Segurança Social (GPECS), é um instrumento poderoso de informações para a formulação de políticas de segurança que, em breve, será disponibilizado para as organizações de controle social de Feira de Santana. No campo do enfrentamento ao álcool, crack e outras drogas, o CRR está na ponta das políticas de prevenção, valorizando as instituições do SUS, na luta contra o lobby das comunidades terapêuticas, treinando profissionais e produzindo conhecimento crítico na área. Finalmente, a UFRB é uma célula importante na luta de suplantar a concepção militarizada de segurança pública e, dessa maneira, fazer avançar o processo de construção da nação.



Caracterização do serviço social no contexto do mercado de trabalho no **Recôncavo Baiano**.

Levando em consideração o redimensionamento da profissão face às transformações societárias, especificamente nas relações entre o público e privado, a partir da década 1990, tem suscitado a necessidade das unidades de formação acadêmica – UFAS e das entidades representativas da categoria, a exemplo do CFESS- Conselho Federal de Serviço Social e CRESS- Conselho Regional de Serviço Social a investirem na realização de pesquisas sobre o mercado de trabalho profissional, buscando compreender os rebatimentos da crise no exercício profissional, o que implica analisar criticamente o agravamento da questão social, as novas formas de enfrentamento gestadas pelo Estado e as configurações do mundo do trabalho.

Considerando as particularidades do contexto político atual, ressalta-se o protagonismo da UFRB na constituição do primeiro curso de Serviço Social na realidade da Bahia, resultante de um contexto de luta da categoria e de lideranças locais para que o mesmo fosse implementado. Aliada a crescente ampliação do mercado de trabalho no Recôncavo. Pode-se destacar que o curso tem oportunizado a inserção de discentes e lhes dando a oportunidade de fazer o curso superior. A partir da realização do estágio supervisionado, o curso tem possibilitado estabelecer um diálogo com os profissionais do Recôncavo, se apropriando das reais dimensões e desafios do fazer profissional

numa direção de reafirmação dos direitos no contexto de crescente precarização das condições de vida e de trabalho das famílias.

Tal processo tem suscitado à necessidade do curso de Serviço Social compreender melhor o cenário do trabalho profissional, face ao desafio de sintonizar a formação às demandas postas ao mercado de trabalho, o que implica ter como premissa que “as profissões têm passado por alterações significativas nas condições e relações de trabalho na contemporaneidade. Importa, portanto, não apenas identificá-las, mas compreendê-las à luz dos condicionamentos sócio-históricos que as produzem” (ARANHA, 2005.p.9).

Dentre os desafios profissionais, destacam-se: o trabalho no campo da Saúde e da Assistência Social. Entretanto, observa-se que o trabalho e as condições de trabalho dos assistentes sociais sofrem os rebatimentos das mudanças do mundo do trabalho, sendo crescente o processo de precarização do exercício profissional, quer seja, por meio dos vínculos empregatícios e das condições de remuneração. O que tem implicado no aumento significativo de profissionais com vários vínculos em diferentes municípios, como estratégia de garantia de sobrevivência.

Há que destacar a tendência posta de transferência de responsabilidades das ações governamentais para instituições do Terceiro Setor, provocando mudanças na oferta dos

serviços à população usuária e, conseqüentemente, no trabalho profissional. Nesse aspecto, verifica-se a tendência da participação dos profissionais na atuação com os conselhos de direitos, quer seja, na condição de participantes e ou assessores dos órgãos governamentais. Identifica-se ainda a presença do trabalho profissional na gestão dos programas e projetos sociais, colocando para o profissional o desafio de formulação e análise de indicadores sociais, elaboração de planos de ação e, especialmente, avaliação das políticas.

Outro aspecto significativo na atuação profissional tem sido o trabalho com famílias. Apesar das diretrizes e recomendações das políticas públicas, na prática há uma simplificação direcionada ao trabalho com as mulheres. Tal questão nos faz remeter às indagações acerca das lacunas do processo de formação e das dificuldades de sua operacionalização.



Prof.ª Albany Mendonça
Professora de Serviço Social da UFRB-CAHL

8 Anos da UFRB – Uma breve reflexão das políticas afirmativas com recorte racial



A primeira década do século XXI é marcada por notórios avanços nas políticas públicas com recorte racial. As reivindicações históricas dos Movimentos Sociais Negros, visando o aumento da quantidade de afro-brasileiros no ensino público superior, consubstanciaram-se em práticas, mesmo sob fortes pressões em sentido contrário, especialmente da grande imprensa e até de uma parte da intelectualidade brasileira.

O grande debate sobre as ações afirmativas ocorreu em torno da implementação da reserva de vagas nas universidades e até bem pouco tempo, por ocasião da implementação da Lei 12.711, esta querela voltou ao cenário nacional. É óbvio que este debate traz à tona um confronto de ideias, de visão de mundo e principalmente de que sociedade se pretende construir.

Se para as famílias mais abastadas, ou familiarizadas com o meio acadêmico, a universidade pode representar somente mais uma etapa da vida escolar -nestes casos o curso superior é dado como algo “certo”, ou pelo menos muito provável - no caso das famílias menos abastadas, e em geral negras, a universidade representa um grande feito, já que, no seu imaginário, ela estava ausente, distante, “pouco provável”. A entrada de um membro destas famílias no ensino superior e a sua permanência têm dois sentidos: um sentido que é individual e o outro que é coletivo. Ser universitário ou universitária significa a possibilidade de alterações no seu futuro, mas também no meio social em que este indivíduo circula.

A criação, em 2005, da UFRB, representou uma grande possibilidade de inclusão de

uma parcela da população, notadamente do interior do Estado, para quem a Universidade era algo distante da sua realidade.

Outro grande avanço em termos de inclusão social, diz respeito ao modelo de acesso trazido pela UFRB, que ocorre em fase única e exclusivamente, através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Em todos os cursos de graduação há reservas de 45% das vagas. Desta cota, 43% são reservadas aos estudantes autodeclarados pretos ou pardos e 2% compõem a reserva para índio-descendentes.

Entre as Universidades brasileiras, a UFRB é pioneira em estabelecer uma Pro Reitoria específica para o tema das ações afirmativas, trazendo o desafio de trabalhar esta temática de forma articulada com os demais assuntos estudantis. De forma objetiva, a PROPAAE traz em sua concepção o Programa de Permanência Qualificada (PPQ) que busca garantir a permanência material do estudante, sem deixar de lado a sua formação acadêmica e aprofundamento teórico através da participação nos Programas de Pesquisa e Extensão.

A despeito das ações com recorte racial não gozarem de grande simpatia em uma sociedade que se diz racialmente democrática, não podemos perder de vista o fato de que elas são, sem dúvida, um meio necessário para se atingir a equidade. Atualmente, o amadurecimento destas discussões sobre ações afirmativas levam-nos a pensar para além das cotas e exigir a permanência, com qualidade, de estudantes negr@s no ensino superior; a universalização do ensino público

e um efetivo investimento para a qualidade da educação e, em um futuro imediato, a implementação de cotas na pós graduação. Ganhamos todos/as quando entendemos as políticas afirmativas, não como conquistas pessoais, mas como resultado de uma luta política de gerações. Ganhamos todos/as quando assumimos o compromisso com a inclusão de grupos social e historicamente segregados. Ganhamos todos/as ao preparar os caminhos para as gerações futuras.

Ao valorizar as trajetórias e os saberes individuais, criamos na Instituição um ambiente intelectual receptivo a estes jovens em função de suas experiências escolares, culturais e existenciais. Em contrapartida, estes estudantes compartilham conosco a experiência de um estar junto antropológico marcado pelas trocas e pela transformação cotidiana.



Dyane Brito Reis

Doutora em Educação
Professora de C. Sociais da UFRB desde 2010
Centro de Formação de Professores – CFP

Caminhos apertados para vidas múltiplas

Quem olha os largos espaços dos campi da UFRB pode imaginar que seja fácil transitar por eles, seja sob o sol escaldante de Cachoeira, seja empurrado pelas fortes ventanias de Amargosa, mas não é bem assim. Embora o chão constituído das práticas educativas da UFRB - normalizadoras e geradoras de corpos obedientes e/ou dóceis - estejam longe de se estabilizar num modelo (a não ser por força da coerção e produção hegemônica), não estão também livres para andar onde quiser. Curiosamente, quando os 'estranhos' ousam 'passar' nos currículos e nas 'normas institucionais' acabam por gerar o 'levante' conservador dos programas acadêmicos de assepsia e os caminhos se estreitam.

Os vigilantes do gênero fortalecem seus rígidos estratos diante dos fluxos múltiplos: "Professor, você pode ser gay, mas contenha seus modos"; "estudante, não precisas de gritos no corredor do CCS para ser sapatão", "meninas, estas roupas curtas são um perigo para vocês, os estupradores rondam os campi" ... Estes e mais outros tantos de mecanismos e tecnologias de poder e disciplinamento garantem as margens heterônomas (e heteronormativas) do gênero. Instituem a polícia do múltiplo e (re)fundam a homogeneidade em terras baianas do samba de roda.

Aliado às marcações racistas, o sexismo, machismo, homofobia e lesbofobia, para falar de alguns, provocam na universidade as temíveis ausências e silenciamentos dos debates e das existências e articulam-se violências de todo tipo que invadem as possibilidades de vivências humanas e sexualidades múltiplas. Denúncias deste arsenal contra o colorido foram entregues ao reitor, com acompanhamento e apoio político da Apur, no mês de outubro. São apenas ensaios indicativos da ausência de políticas afirmativas de gênero e da necessidade da maturação do debate, além, é claro de óbvias exigências de prevenção, ouvidoria e gestão junto ao estado.

Na audiência promovida pelo Núcleo Capitu de Gênero e Sexualidade/ CFP foram listados controles/violências que garantem a subordinação dos corpos a forças normalizadoras. Como então pensar uma universidade de negros e negras, pobres e jovens professores e professoras sem que políticas curriculares e institucionalizadas promovam rupturas com os microfascismos das pedagogias da sexualidade? Como impedir a redução e privatização do espaço público sem garantir o direito às sexualidades de vivenciarem suas experiências traduzindo-as em políticas de currículo, gestão e afirmação?

Os trabalhadores e trabalhadoras em educação das universidades brasileiras têm discutido estas temáticas e seus vínculos a ações políticas afirmativas. Não é por menos que muitas destas IFES já desenvolvem programas de combate à homofobia e violência de gênero após ocorrências de cruéis violências. A nossa pauta é a discussão coletiva de mecanismos afirmativos, de combate a violência, do uso do nome social para pessoas transgêneros, das especificidades da violência contra mulheres e gays negros e negras, só para começar a esquentar as câmaras das possibilidades de radicalização democrática e aquendar a universidade!



Ana Cristina Nascimento Givigi - CFP

Professora do Centro de
Formação de Professores – UFRB

